



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 25 / 03 / 20

Elbages

Conceição de Maria Lúcia Rodrigues
Chefe de Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado mauro
capatiz
para relatar.

Em 25 / 03 / 20

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça





ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 20
PROCESSO AL – 438/10
AUTOR: ANTÔNIO FELIX
RELATOR: DEP. MAURO TAPETY

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe que **Reconhece de Utilidade Pública do Grupo de Mães Fé, Coragem, Luta e Vitória.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, inciso III e 75 da Constituição Estadual combinado com o art. 105 do Regimento Interno.


A documentação para uma entidade ser reconhecida como de utilidade pública está instruída conforme a Lei nº 5.447, de 24 de maio de 2005, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública às sociedades civis, associações e fundações, instaladas ou com sede no Estado do Piauí.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório e por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 22 de abril de 2010.


Dep. MAURO TAPETY
Relator



APROVADO A UNANIMIDADE
em, 11 / 05 / 10
Presidente da Comissão de
Justiça